

Intervenção do Estado divide constituintes

Da Sucursal de Brasília

É grande a expectativa quanto ao parecer preliminar a ser entregue, na quinta-feira, pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP), relator da Comissão da Ordem Econômica do Congresso constituinte. Deverá restabelecer itens rejeitados no relatório do deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), na extinta Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado, inclusive o monopólio estatal no refino do petróleo, concedendo ainda à União, exclusividade na exploração do gás natural. Os constituintes dos grupos conservador e progressista estão fazendo da Comissão da Ordem Econômica o principal palco das discussões travadas entre as duas tendências ideológicas.

Outro ponto a ser revisto pelo senador Severo Gomes, conforme apurou a Folha junto a parlamentares da comissão, é o artigo que considera empresa nacional simplesmente "aquela que tenha sua administração sediada no país". Para o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), "curiosamente, a ser mantido esse artigo, a Shell, a Esso e a IBM, algumas das multinacionais mais famosas, passam a ser consideradas como companhias genuinamente brasileiras, o que é um escândalo". A

deputada Irma Passoni (PT-SP) classificou o anteprojeto de "entreguista". Para o bloco conservador, o papel do Estado deve ficar restrito às atividades excepcionais e o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais, nas faixas de fronteira ou territórios indígenas, poderão ser efetuados por qualquer empresa.

Na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças não existem tantas divergências de natureza ideológica, porém, alguns integrantes ainda carregam resquícios da campanha política de 1986. Os desentendimentos estão aflorando na comissão, principalmente entre dois deputados de São Paulo: Fernando Gasparian (veja entrevista nesta página) e José Serra, ambos do PMDB.

Gasparian acusou Serra de manobrar para desestabilizar o anteprojeto aprovado na extinta Subcomissão do Sistema Financeiro.

José Serra, relator da comissão, entende, porém, que vários aspectos do anteprojeto devem ser revistos, inclusive a limitação aos bancos estrangeiros. "Teremos que examinar até que ponto esse item não resultará em retaliação, por parte de outros países, contra as instituições financeiras brasileiras, que têm agências no exterior", disse Serra.